



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANA CELY DUARTE BARBOSA DOS SANTOS

**O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DOCENTE**

**GUARABIRA – PB
2014**

ANA CELY DUARTE BARBOSA DOS SANTOS

**O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DOCENTE**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, linha de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos, em cumprimento às exigências para obtenção do título de graduada.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Verônica Pessoa da Silva

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237p Santos, Ana Cely Duarte Barbosa dos
O programa Brasil alfabetizado e os desafios da formação docente [manuscrito] : / ana Cely Duarte Barbosa dos Santos. - 2014.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva,
Departamento de Educação".

1. Educação de jovens e adultos. 2. Programa Brasil alfabetizado. 3. Formação docente. I. Título.

21. ed. CDD 371.12

ANA CELY DUARTE BARBOSA DOS SANTOS

**O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E OS DESAFIOS D FORMAÇÃO
DOCENTE**

Artigo apresentado ao Curso de
Pedagogia, da Universidade Estadual da
Paraíba, linha de pesquisa em Educação
de Jovens e Adultos, em cumprimento às
exigências para obtenção do título de
graduada.

Aprovada em: 23 de Julho de 2014.

Banca Examinadora



Profª Drª Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)



Profª Ms. Débora Regina Fernandes Benício
(Examinadora)



Profª Ms. Gisânia Carla de Lima
(Examinadora)

Primeiramente, a Deus que me ilumina nesta trajetória acadêmica e, a minha família, por ter me apoiado em todos os momentos, em especial, ao meu filho Tarcísio, razão do meu viver, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Em especial, a Deus por ter me iluminado e proporcionado forças em todos os momentos difíceis.

A minha família que sempre me apoiou, especialmente, a minha querida vó Helena que sempre me incentivou na realização dos meus sonhos.

Ao meu amado filho Tarcísio que é e sempre será razão do meu viver.

A minha querida orientadora Prof^a Dr^a Verônica Pessoa, pelos conhecimentos compartilhados, pelo auxílio no decorrer da construção TCC e, principalmente, pela sua paciência e compreensão.

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

(Paulo Freire, 1989)

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CNAIA – Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização

CEPLAR– Campanha de Educação Popular.

CPC– Centro Popular de Cultura.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES– Instituição de Ensino Superior.

MEB– Movimento de Educação de Base.

MCP – Movimento de Cultura Popular.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL– Movimento Brasileiro de Alfabetização.

MOVA – Movimento de Alfabetização

ONU– Organização das Nações Unidas.

PAS– Programa Alfabetização Solidária.

PBA– Programa Brasil Alfabetizado.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	08
2 BREVE HISTÓRIA SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	10
2.1 Do período Colonial à República.....	10
2.2 Da década de 1940 à década de 1960.....	11
2.3 Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil após a década de 1960.....	13
2.4 A Educação de Jovens e Adultos no cenário contemporâneo: da década de 1990 aos dias atuais.....	14
3 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO POLÍTICA PÚBLICA E A LÓGICA DE PROGRAMAS.....	16
3.1 O Programa Brasil Alfabetizado.....	16
3.2 O Programa Brasil Alfabetizado.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

ANA CELY DUARTE BARBOSA DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo objetiva refletir acerca dos desafios da formação docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tomando como referência a formação inicial ofertada pelo Programa Brasil Alfabetizado no período de 23 a 27 de setembro de 2013. Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, acrescida da observação participante. A pesquisa bibliográfica recorre a diversos autores dos quais podemos destacar Freire (1981) e (1996); PAIVA (1987) GADOTTI (2003), MACHADO (1991) E (2008), BARRETO & BARRETO (2001), dentre outros. Os principais autores citados foram base para discussão e reflexão sobre a formação inicial e continuada dos alfabetizadores do programa Brasil Alfabetizado. O trabalho trás uma breve revisão histórica da Educação de Jovens e Adultos assim com os programas realizados durante toda a sua trajetória até chegarmos no Programa Brasil Alfabetizado. Esta pesquisa buscou refletir sobre a formação do programa, ressaltando algumas problemáticas existentes no processo de formação inicial e continuada. Esperamos, a partir das questões postas, contribuir para melhoria do programa e um repensar das formas de condução dos processos formativos nele desenvolvidos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de Jovens e Adultos. Programa Brasil Alfabetizado. Formação Docente.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS:

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca dos desafios da formação docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apresentando os elementos que permeiam o debate sobre a formação inicial e continuada de alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado. Busca, principalmente, ressaltar a importância destas instâncias formativas na construção do papel do educador na formação cidadã e social dos educandos, para que este possa, assim, contribuir para (re) construção dos saberes e da sua identidade destes sujeitos.

A escolha dessa temática se justifica em duas perspectivas: a primeira, alimentada por nossa inserção, enquanto estudante desta área, que nos possibilitou perceber os desafios na formação do alfabetizador, cuja capacitação não tem sido suficiente para garantir ao professor-alfabetizador uma atuação crítica e consciente. A segunda remete a nossa experiência enquanto docente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Neste lugar

de realização das atividades pedagógicas, buscamos meios e incentivos para a partilha de saberes, através da troca de experiências considerando as dimensões da formação inicial e continuada, voltadas para melhoria da qualidade de ensino.

Em razão disto o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os alcances da formação inicial ofertada pelo Programa Brasil Alfabetizado no período de 23 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2013¹, como forma de contribuir para os estudos e práticas desenvolvidas no contexto desta modalidade educativa. Almejamos construir junto aos docentes, um novo olhar acerca dos significados da formação continuada, evidenciando que, na realidade atual, os desafios assumidos pela Educação de Jovens e Adultos se ampliam para além de ensinar o aluno a ler o b-a-bá.

Para tanto, este trabalho faz uma breve retomada histórica da Educação de Jovens e Adultos, recuperando alguns programas a partir dos quais a EJA foi desenvolvida, tem como objetivo analisar o Programa Brasil Alfabetizado. O referido Programa foi criado no de 2003. Porém, nossa pesquisa está voltada, principalmente, para a formação ofertada pelo programa.

No que se refere à metodologia de trabalho, optamos por uma pesquisa de cunho bibliográfico, acrescida de nossas avaliações a partir da experiência como alfabetizadora. Esta inserção nos permitiu esboçar questionamentos sobre a formação e, assim, constatar que esta formação não pode ser meramente técnica, mas precisa ser uma formação contínua, que tome como base as experiências vivenciadas na sala de aula, a prática de ensino como objeto de reflexão e formação.

Mediante estas questões organizamos este estudo em três partes distintas, acrescidas das considerações finais. Na primeira apresentamos uma breve revisão histórica da EJA, evidenciando o contexto histórico no qual se dá a formação e o papel do professor-alfabetizador. Na segunda fazemos referências a alguns programas correspondentes a trajetória da Educação de Jovens e Adultos, destacando os programas existentes após a década de 1960, tais como; MOBRAL (1967), Fundação Educar (1985), Alfabetização Solidária (1997) até chegarmos ao Programa Brasil Alfabetizado (2003 – 2014). Na terceira parte retratamos a implantação do Programa Brasil Alfabetizado destacando as problemáticas com relação à questão da formação inicial e continuada. Por fim apresentamos as considerações finais, que oferecem uma visão panorâmica em relação ao tema abordado, com base na minha experiência como alfabetizadora.

¹ Esta formação ocorreu nas dependências do Hotel Victor Center, em Guarabira, sendo promovida pelo Governo do Estado da Paraíba. Nela foram discutidos e estudados temas relativos ao trabalho do alfabetizador de jovens e adultos, tais como: breve história da EJA, metodologia do trabalho nesta modalidade educativa, planejamento de ensino, entre outros.

2 BREVE HISTÓRIA SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

2.1 Do período Colonial à República

A história de Educação de Jovens e Adultos no Brasil demarca o período colonial. No entanto, a educação deste contexto estava voltada para a doutrina religiosa, por isso tinha um caráter muito mais religioso que educacional. Com o passar do tempo a EJA vai conquistando um espaço próprio de reflexão e ação, cujas melhorias são marcas de disputa durante toda trajetória da EJA, prevalecendo até os dias atuais. Apesar disto, ainda hoje encontramos inúmeras dificuldades relacionadas ao acesso, à falta de qualidade de ensino, à infraestrutura precária, ao machismo do homem em relação ao direito da mulher aos estudos, à desigualdade social, ao preconceito, a falta de motivação, à gravidez na adolescência, à violência doméstica, entre tantos problemas que encontramos no espaço da sala de aula. Assim, no período Colonial à República:

A educação popular Colonial é praticamente inexistente. Excetuada a ação dos jesuítas e outros religiosos nos primeiros momentos, quase nenhuma atenção é dada ao problema e, além disso, o incipiente sistema então montado se desmorona a partir do século XVIII. (PAIVA, 1987, p.53)

O primeiro momento que destacamos na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, no período Colonial, é em 1549 quando os Jesuítas chegaram para o Brasil a fim de catequizar os índios, difundir a Língua Portuguesa, assim como os costumes europeus (nos moldes europeus) e na intenção de fazer prevalecer o catolicismo.

Depois deste processo, no ano de 1876, no período Imperial, a EJA deu seus primeiros passos de modo mais firme, pois com a saída dos Jesuítas do Brasil, em 1759, a educação entra em crise e o Império assume a responsabilidade pela educação, educação esta, porém voltada para filhos de colonizadores, todos brancos e do sexo masculino. Naquele contexto as pessoas jovens e adultas analfabetas eram discriminadas (maior parte era homens e mulheres pobres e negros), vistos como pessoas incapazes diante da sociedade, pois a escola era para poucos e, a maioria, não era alfabetizada. Além disto, a criação da Lei Saraiva (1882) reforçou esta ideia com a proibição do voto do analfabeto.

No entanto, a educação só passou a ter uma presença mais significativa nos anos de transição do Brasil Imperial para a República, fato que se dá no período de 1887 a 1897.

Assim, a partir dos anos de 1910 tivemos a expansão da rede escolar e o surgimento das ligas contra o analfabetismo no Brasil, fazendo emergir um movimento com o apoio do

governo, pois seu interesse era apenas o voto do analfabeto e, enquanto o povo queria acabar com analfabetismo, o governo visava treiná-lo para o voto.

De 1920 até 1930 surgiu um movimento chamado Escola Nova e, junto com esse movimento, identificamos algumas melhorias na educação e didática da rede de escolar. Este foi um período de grandes transformações, como Paiva (1987) ressalta:

(...) o clima de efervescência intelectual e de agitações sociais da década de 20 refletia as transformações da sociedade brasileira nos anos que sucederam a Primeira Guerra e a consequente luta pela recomposição do poder político. (PAIVA, 1987, p.111)

Após a primeira Guerra surgiu esse entusiasmo para buscar soluções para a questão social, dos quais estava o analfabetismo, mas defendiam uma educação tecnicista, afinal estavam vivendo um período de industrialização. Os políticos visavam o voto e a burguesias necessitavam de mão-de-obra qualificada.

Em 1934 foi criado um Plano Nacional de Educação que incluía o ensino primário, integral e gratuito, imposto por lei e voltado para educação de adultos, devido, sobretudo ao grande número de analfabetismo. Esse foi o primeiro documento oficial voltado para a Educação de Jovens e Adultos.

2.2 Da década de 1940 à década de 1960

Na década de 1940, este cenário começa a ser modificado, porém ainda que prevalece os interesses econômicos em detrimento dos sociais:

Da década de 1940 à década de 1960, no plano educacional, difusão do ensino técnico-profissional, como meio de preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e o comércio. (PAIVA, 1987, p.112)

Contudo, foi a partir da década de 1940 à década de 1950 que a Educação de Jovens e Adultos assume contornos diferenciados, pois passa a ser vista como prioridade necessária no Brasil, já que o país se ressentia pela pressão internacional que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo nos países tidos como atrasados.

É importante ressaltar que a EJA, desenvolvida na perspectiva de programas e projetos, teve como meta a erradicação do analfabetismo, cuja visão, de acordo com Pinto (1987, p. 87), traz uma visão limitada e preconceituosa, que transfere para o sujeito a

responsabilidade por sua condição de não alfabetizado. O mesmo é considerado um mal, sinônimo de atraso ao desenvolvimento do país: “(...) O adulto analfabeto é considerado como uma criança que cessou de desenvolver-se culturalmente. O adulto é considerado, assim, um atrasado”.

Com o fim da Segunda Guerra mundial em 1945, a ONU e UNESCO assumiram o propósito de relacionar de forma direta educação e desenvolvimento, no contexto de países em desenvolvimento ou considerados atrasados. Assim, era necessário formar mão-de-obra a fim de atender ao crescimento das indústrias. Mas, prevalecia, com isso, uma formação voltada apenas para o desenvolvimento do mercado, com intuito de quantidade e não de qualidade, as ações de alfabetização, portanto, seguiam este ideário.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por críticas relacionadas ao modelo de EJA, cujas iniciativas de mobilização social buscavam melhorias para Educação de Jovens e Adultos. Foi a partir daí que surgiram vários movimentos sociais. Os movimentos buscavam reconhecimento e valorização do saber e da cultura popular (influência da pedagogia Freiriana), pois o analfabeto passa a ser visto, também, como um produtor do seu próprio conhecimento, conhecimento de mundo. Como próprio Paulo Freire ressalta: “há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”. (FREIRE, 1996, p.30).

Freire ressalta a importância de respeitar os saberes dos alunos e aproveitá-los. Afinal se faz necessário trabalhar com a realidade do aluno levando-o a refletir, questionar e a buscar soluções que envolvam problemas do seu cotidiano e assim relacionar com o assunto abordado.

Em 1958, Paulo Freire faz críticas a estrutura e as metodologias aplicadas na Educação de Jovens e Adultos, ele justifica que ensinar jovens e adultos não é como ensinar crianças, argumenta sobre a necessidade de se trabalhar com o currículo adaptado. Freire traz para a base pedagógica do processo de alfabetização de jovens e adultos a necessidade de considerar o conhecimento de mundo do alfabetizando. Ele utilizava-se da palavração, buscando reconstituir o universo vocabular destes educandos, usava palavras geradoras considerando suas imagens cotidianas e, depois, oportunizava o reconhecimento destas palavras relacionando-as às imagens que eles conheciam, as mesmas passavam a serem divididas em sílabas e davam lugar a formação de novas palavras.

2.3 Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil após a década de 1960.

A década de 1960 ficou marcada por dar início a vários movimentos sociais, entre os quais podemos destacar: Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP) Centro Popular de Cultura (CPC) e Campanha de Educação Popular (CEPLAR). Vários movimentos, assim como esses, receberam influência da pedagogia freireana, pois Paulo Freire tinha outra visão com relação ao analfabetismo: “Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada (...), mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta” (FREIRE, 1981, p.13). Ou seja, o analfabetismo é fruto de uma sociedade injusta que menospreza o analfabeto, assim como o seu saber e a cultura. Esses movimentos tinham o intuito de valorizar a cultura popular, assim como seu conhecimento de mundo.

A história brasileira retrata um dos seus mais terríveis episódios que foi o golpe militar de 31 de março de 1964. Este movimento estendeu-se a ponto de derrubar o governo de João Goulart, em 1º de abril de 1964. Desde então deu início ao governo comandado por militares que, por sua vez, governaram o Brasil por 20 anos.

Durante o Militarismo os programas, projetos ou quaisquer outras ações que fossem considerados de caráter comunista foram brutalmente interrompidos. Devido a este fato alguns dirigentes foram perseguidos, detidos, mortos e exilados.

Em 1967 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O propósito deste movimento era apenas o analfabetismo. Por isso, percebe-se que a preocupação do MOBRAL era apenas ensinar a ler e escrever e não se tinha uma preocupação com a formação do homem. O objetivo era apenas controlar o analfabetismo no país, deixando para o analfabeto a culpa por sua situação de vida. A pessoa que soubesse escrever seu nome, já não era mais considerada analfabeto. Ou seja, a pessoa não aprendia, treinava para escrever as letras. Para instruir o adulto, se utilizava material didático padronizado como cartilhas infantilizadas. Isto se dava, principalmente, por estarmos vivendo o período de ditadura e, por isso, todos os materiais eram padronizados, excluindo todos os conteúdos e temas considerados ideológicos.

Entretanto, o legado de Paulo Freire deixou claro que não se pode ensinar jovens e adultos como se ensina as crianças. Seria preciso se trabalhar com um currículo adaptado para esta modalidade de ensino, pois: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que *Eva* ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. (FREIRE, 1991, p. 32). Freire fazia críticas

ao ensino tradicional que também chamou de educação bancária, defendendo que era preciso transformar o ensino, de forma que leve os educandos a refletir, questionar e a buscar soluções que envolvam questionamentos de sua realidade.

No contexto de realização do MOBREAL muito se falou da aproximação didático-pedagógica entre este Programa e a proposta de educação freireana. No entanto, diversas pesquisas e estudos acerca do MOBREAL não deixaram dúvidas sobre as discrepâncias entre ambos. Para Jannuzzi (1987, p. 66),

Os dois modelos colocados em confronto – Paulo freire e o MOBREAL – são fundamentalmente divergentes. Quanto á concepção e finalidade da educação e, em conseqüência, os meios para concretizá-las – métodos e técnicas não podem ser confundidos pela aparência exterior manifestada na técnica de alfabetização analítico-sintética. (...) Desmistificar, depois de paciente e profunda pesquisa, a pretensão de alguns de usar uma pedagogia autoritária com roupagens democráticas.

Pode-se afirmar, neste sentido, que o MOBREAL não visava o diálogo e, tão pouco, uma educação voltada para a criticidade. Mas, visava à formação para mão-de-obra. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar para estar apto ao um mercado de trabalho.

Na década de 1970 a Educação de Jovens e Adultos foi marcada pela experiência do Ensino Supletivo, em que o aluno estudava apenas o básico e, assim, podia adiantar as séries. Este ensino era uma forma de oportunizar os alunos a complementação de seus estudos, de forma suplementar e aligeirada.

Em 1985, com o fim da ditadura militar o MOBREAL foi extinto e substituído por outro programa de alfabetização denominado “Fundação Educar”, que, diretamente ligado ao MEC, órgão que atuava no apoio financeiro dos programas destinados a EJA.

2.4 A Educação de Jovens e Adultos no cenário contemporâneo: da década de 1990 aos dias atuais

Na década de 1990, um dos assuntos que deve ser destacado é o surgimento Movimento de Alfabetização (MOVA). Este movimento procurava trabalhar o contexto sócio-econômico do aluno. Neste mesmo período, especificamente no governo de Collor, a Fundação Educar foi desarticulada pelo então presidente Fernando Collor. Contudo, mesmo que a fundação educar tivesse objetivo de erradicar o analfabetismo não foi motivo para o então governante poupar o programa. Para ele o investimento deste programa deveria dar-se por meio da iniciativa privada. Como Machado (1991) ressalta:

Esta comissão denominada Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), acaba sendo desarticulada com a extinção da Fundação Educar pelo novo Governo, do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1990. Mais um passo no descontínuo processo das políticas em EJA, ainda mais penalizada com o tom e o rigor das orientações dos órgãos financistas internacionais para educação brasileira: priorizar o ensino fundamental para crianças; transferir para a esfera privada (leia-se aqui: empresas e Organizações Não-Governamentais) as responsabilidades sobre EJA, utilizando-se do discurso da parceria; vincular, cada vez mais, os objetivos de EJA ao atendimento exclusivo das exigências do mercado. (MACHADO, 1991, p.2)

No governo de Itamar Franco retomou a discussão do passado com relação a Educação de Jovens e Adultos. Em 1993 foi criado um novo Plano Decenal que beneficiaria os jovens e adultos no que se refere ao acesso a educação.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, cuja vigência contribuiu de modo significativa para a Educação de Jovens e Adultos. Sem dúvida foi um grande marco para EJA, pois foi a partir daí que foram construídas Diretrizes Curriculares voltadas para esta modalidade de ensino. Foi um período de uma grande conquista, pois evidenciou-se a defesa clara de que a EJA deveria possuir um currículo apropriado, adequado a esta modalidade além, de que esta passou a se tornar dever obrigatório do Estado, como garantia uma educação gratuita e de qualidade.

No ano de 1997, ainda no governo de Fernando Henrique, surgiu o Programa Alfabetização Solidária (PAS), cuja finalidade era melhorar a situação problemática do analfabetismo no país e, principalmente, atender às áreas de alto índices de analfabetismo que estão localizadas nas regiões norte e nordeste.

A Instituição de Ensino Superior (IES) ficava encarregada de selecionar, avaliar e formar os futuros alfabetizadores quem quisesse ser um alfabetizado, teria que formar uma turma que, por sua vez, deveria ter uma quantidade de alunos estabelecida pelo programa. Entretanto este programa foi alvo de várias críticas e questionamentos, dentre as quais destacamos:

Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a idéia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha 'Adote um Analfabeto', o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).

De fato, o programa tinha duração de 6 meses, mostrou, claramente, que qualquer um pode ensinar, sem precisar de uma formação docente, ou seja, a participação na capacitação credenciava para o trabalho de alfabetização. E, o mais intrigante, é que por trás das palavras “adote um analfabeto” estava o reforço da ideia de que o analfabeto é um sujeito ignorante, impossibilitado e ingênuo.

3 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO POLÍTICA PÚBLICA E A LÓGICA DE PROGRAMAS

3.1 O Programa Brasil Alfabetizado:

Entretanto, embora o programa Alfabetização Solidária tenha chegado ao fim, suas ideologias ainda persistem, pois tais problemáticas são identificadas, também, no Programa Brasil Alfabetizados (PBA). O Programa foi criado no ano de 2002, no governo do presidente Lula, programa existente nos dias atuais. O mesmo tem como objetivo alfabetizar jovens (a partir dos quinze anos), adultos e idosos. Assim, confirma na resolução do programa: “[...] a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, de acordo com as condições de efetiva participação dessas pessoas em turmas de alfabetização” (RESOLUÇÃO Nº 44 de 05 DE SETEMBRO de 2012).

Este programa tem a finalidade de alfabetizar todo território nacional, mas, especialmente, no Nordeste onde 53,3% dos brasileiros são analfabetos. Ou seja, 7,43 milhões de pessoas não sabem ler e escrever. O Censo realizado em 2010, pelo IBGE, revela, em nível nacional, que a taxa de analfabetismo entre jovens e adultos (com 15 anos ou mais de idade) foi de 9,6 %, ou seja, 13.940,729 pessoas analfabetas.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) utiliza voluntários para alfabetizar jovens, adultos e idosos, como retrata a resolução do Programa:

III - o pagamento de bolsas a voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e alfabetizadores-coordenadores de turma que atuam no processo de aprendizagem, conforme § 5º do art. 5º do Decreto nº 6.093 de 24 de abril de 2007. (BRASIL, 2012, p. 2).

Comparando então programa atual com o da Alfabetização Solidária percebemos diversos elementos em comum, principalmente no que refere à questão dos professores alfabetizadores que ambos utilizam voluntários para alfabetização. Na resolução do programa consta que o alfabetizador deve ter, no mínimo, formação de nível médio completo,

recebendo uma bolsa de R\$ 400,00 reais por turma. As turmas, por sua vez, se dividem em Zonas Rurais e Urbanas, assim como também é variável o número de alunos por turma entre rural e urbana.

Contudo, se comparamos o este programa com o da Alfabetização Solidária as diferenças são pequenas. Primeiramente por que utilizar do trabalho de voluntários, com formação de nível médio é uma forma de baratear a mão de obra docente e, por isso, o professor leigo (professor que não tem formação) tem preferência. E sabemos que, quando se trata de questões políticas, não é de se estranhar a contratação de pessoas despreparadas para atuar na educação, por que para alguns, a educação e, principalmente, a Educação de Jovens e Adultos carrega a herança histórica de que qualquer um pode ensinar. Assim, enfatizamos as palavras de Barreto & Barreto (2011): “As pessoas não são instrumentos que podem ser usados para qualquer tarefa através de um processo de formação”. (BARRETO & BARRETO, 2011, p.94). Sem dúvida, as pessoas não são materiais que podem se moldadas para qualquer função, especialmente quando se trata de educação.

A Formação aligeirada é um das características do programa que não se diferencia da Alfabetização Solidária. A formação não pode se limitar apenas a um encontro com duração de uma semana, mas deve ser um processo contínuo, que deve ocorrer durante a realização do Programa, no caso do PBA deveria durar, pelo menos, os 8 meses de execução do Programa.

Desse modo, de acordo com Barreto & Barreto (2011, p. 95):

No enfrentamento das dificuldades é que irão surgir a maioria das novas indagações. Portanto, é necessário garantir um espaço para que estas questões sejam resolvidas, Assim, o processo não se esgota na formação inicial, mas continua durante todo o processo. Portanto, é necessário um processo de formação permanente.

De fato, se faz necessária para uma atuação consciente do professor- alfabetizador que este esteja em constante formação, pois é enriquecedor compartilhar, conhecer novas experiências, novas práticas, novas teorias e, principalmente, porque o perfil do aluno é heterogêneo, sem contar com as diferenças em relação à idade, à cultura, à diversidade regional, isto é, cada aluno tem sua história de vida.

Desse modo, o alfabetizador precisa estar atento à diversidade deste público. Por isso é importante a formação continuada “na prática e não no papel”, pois o alfabetizador irá se deparar com uma turma multisseriada e com diferentes níveis de aprendizagem. Portanto, se

faz necessária essa formação para o enfrentamento das e necessidades demandas da realidade, no contexto do programa.

Afinal, o educador não deve ficar restrito a livros didáticos, apenas, com um único objetivo de ensinar a ler, escrever e contar, mas é necessário ir além. Como próprio Paulo Freire afirma: “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina” (FREIRE, 1996, p.30). Ou seja, o educador deve aproveitar este conhecimento de mundo que eles trazem para sala de aula e relacionar com os assuntos abordados e, assim, levar os alunos a serem curiosos, críticos e pesquisadores, tornando o ensino-aprendizagem significativo.

Um ponto interessante é que quando se trata da Educação de Jovens e Adultos as pessoas só conseguem pensar na aceleração, no aligeiramento, na reposição e na suplência de conteúdos, prevalecendo a visão do campo simbólico da perda, devido o fato de o aluno não ter estudado ou ter ficado tanto tempo sem estudar. E este olhar preconceituoso passa despercebido e, aos poucos, vai diminuindo o analfabeto e comparando-o como ser impossibilitado e carente de assistencialismo. Quando, na verdade, deveria olhar o sujeito como ser determinado e capaz, pois está voltando à sala de aula. E, partindo deste ponto de vista, se deve levantar vários questionamentos como: por que estes sujeitos abandonaram a escola? Ou por que não tiveram a oportunidade de estudar? E por que estão voltando? Quais os seus projetos para vida no presente e no futuro?

E acordo com Ferreira & Martins (2007): “Para entender a diversidade existente na classe, precisamos aprender a conhecer cada aluno e identificar individualmente seus estilos de aprendizagem” (FERREIRA; MARTINS, 2007, p.32). O professor precisa conhecer o aluno, sua cultura, seus projetos e suas dificuldades, mas para isso é preciso iniciar com o processo partindo de um diálogo repleto de indagações, cujo intuito será o de conhecer o aluno.

A partir desta resposta deveriam iniciar as indagações de como preparar o alfabetizador para esta modalidade de ensino? Como dar continuidade à formação continuada com base no conhecimento prévio que obtiveram dos alunos? Visando a formação inicial e continuada desta modalidade, reconhecer que: “O descompasso entre a formação do professor e a realidade dos alunos na EJA causou (e tem causado, ainda) situações de difícil solução” (MACHADO, 2008, p. 165).

É com base nas respostas que se deve pensar no currículo apropriado para atender as necessidades educativas deste público específico. No entanto, o que o programa apresenta é uma repetição dos mesmos elementos contraditórios do Programa da Alfabetização Solidária.

Um segundo ponto de destaque é que o programa tem como objetivo alfabetizar em 8 meses (antes eram apenas em 6 meses), mas na prática, nem sempre funciona, pois se o aluno já foi alfabetizado no primeiro ciclo, então por que ele repete o mesmo ciclo? De fato, o que está faltando é iniciativa, incentivo e determinação para criar estratégias de continuidade dos estudos aos alunos que participaram do programa. Neste sentido, como afirma Oliveira (2001): “Na verdade, os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem.” (OLIVEIRA, 2001, p.20).

O programa muitas vezes não conversa com a realidade dos alunos, assim como com o seu nível de desenvolvimento e aprendizagem repetindo, muitas vezes, o que os alunos já sabem (aluno repete diversas vezes o mesmo ciclo). É preciso buscar parcerias com as escolas e demais instâncias educativas da comunidade para garantir a continuidade no seu processo de aprendizagem, bem como o direito de aprender ao longo da vida.

3.2 Da teoria à prática: reflexões de experiência como alfabetizadora no Programa Brasil Alfabetizado

Na pesquisa bibliográfica realizada neste percurso de estudo, evidenciamos diversas problemáticas encontradas no programa, principalmente no que refere a formação inicial e continuada. Como participei do Programa na condição de alfabetizadora tive condições de constituir um olhar crítico-reflexivo sobre a formação inicial e continuada ofertada pelo programa.

A primeira formação de que participei foi realizada em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, parceria que destaco como essencial para minha formação. Esta parceria tinha objetivo contribuir, de forma significativa, para a melhoria do ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas também proporcionar aos futuros docentes a participação em experiências que contribuam para formação acadêmica, além de colaborar na geração de novos conhecimentos.

Embora a experiência que teve a duração de 6 meses não fosse renovada, mas foi uma experiência nova em minha vida e, ao mesmo tempo, um espaço de crescimento mútuo, no qual buscava socializar com os alunos um pouco do meu conhecimento e também aprendia com eles. Pude colocar em prática o que aprendia no decorrer do Curso de Pedagogia, teoria, alimentando a prática em ação. Contudo, sei que ainda tenho muito que aprender e melhorar, pois somos eternos aprendizes.

Entretanto, esta experiência também me mostrou e fez ver, de perto, as dificuldades que os professores, os alunos e a Educação em geral enfrentam. Faltam mais investimentos da parte dos governantes como forma de incentivo a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

A segunda etapa da formação em que estive presente se deu no período de 23 à 27 de setembro de 2013. Foi este momento que me fez refletir e me impulsionou a levantar alguns questionamentos com relação a formação do professor-alfabetizador. Inicialmente, me indaguei sobre por que a parceira com universidade não teve continuidade? Esta reflexão se deu pelo reconhecimento de que o espaço oferecido pelo Programa seria excelente para os futuros docentes que, além de adquirir experiências, estávamos pondo em prática o que discutimos e aprendemos na universidade.

Outros pontos são: primeiro, a formação tinha como duração de uma semana e só no último dia da formação que se fez uma breve explicação sobre planejamento (lembrando que segundo a resolução do programa, os alfabetizadores devem ter no mínimo nível médio). Outro aspecto interessante é que em muitas cidades que desenvolvem o Programa, devido aos “apadrinhamentos políticos”, muitas pessoas de nível médio são coordenadoras ou alfabetizadoras no PBA. Não há um critério de competência ou experiência para selecionar os integrantes do programa.

Além disso, precisamos refletir sobre como pessoas de nível médio terão conhecimentos específicos sobre como organizar um plano de aula se não têm, pelo menos, o curso de magistério e, muito menos, um curso de nível superior? Ou quando se tem um curso superior é graduado em outra área que não coincide com área educacional? Assim, a partir de uma formação inicial curta e incipiente, na qual o Planejamento é tratado de modo superficial, pois para muitos facilitadores que atuam na formação dos coordenadores e alfabetizadores está subentendido que terá uma formação continuada, este tema precisa ser retomado, estudado, aprofundado no decorrer do programa.. Como Moacir Gadotti (2003) afirma:

Para nós; a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas. (GADOTTI, 2003, p.31).

Portanto, a formação não deve ser uma mera aprendizagem de novas técnicas, mas deve ser entre outros fatores uma reflexão crítica da sua prática pedagógica. É preciso

compreender que os processos de aprender a ensinar, ocorrem durante toda carreira docente, exigindo estudo e aperfeiçoamento constantes.

Além, disso, o papel do coordenador pedagógico em acompanhar e contribuir na elaboração e execução do planejamento torna-se um aspecto importante. Por isso é necessário, critério na escolha dos mesmos, que participem de instâncias nas quais possam ser formados e possam, igualmente, refletir sobre o alcance da prática educativa. Além disso, precisam atuar de forma a dar suporte aos alfabetizadores, assim como aos próprios alfabetizandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho apresentou uma breve retrospectiva da Educação de Jovens e Adultos, revistando alguns programas que fizeram parte desta trajetória, mas destacando, prioritariamente, o programa Brasil Alfabetizado, a partir de questionamentos sobre o mesmo, assim como sua formação inicial e continuada.

O programa Brasil Alfabetizado criado em 2002, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, porém foi a partir de 2003 que começou a funcionar, tendo como objetivo alfabetizar jovens com 15 anos ou mais. No entanto, o programa utiliza voluntários, cuja formação exigida é o nível médio. Esta abertura do programa reforça a concepção de que qualquer um pode ensinar na EJA, desviando o olhar para a seriedade que requer a modalidade da Educação de Jovens Adultos na escola.

Com base nas experiências vivenciadas como alfabetizadora do Programa, percebi o quanto o programa precisa se aprimorar, principalmente quando se trata de formação. Identificamos que, apesar do tempo que separa o PBA do programa da Alfabetização Solidária, há poucos avanços em relação a ambos. Prevalece a lógica de programas, que tratam a EJA como algo pontual, assistemático e com recursos insuficientes para sua plena realização.

Inicialmente, o trabalho voluntário deveria dar lugar às parcerias com instituições Estaduais e Federais, principalmente as Instituições de Ensino Superior, para oportunizar aos graduandos das diversas licenciaturas, experiências em sala de aula como alfabetizadores. Além disso, a formação continuada que deveria ser assumida pelos municípios, não ocorrem, e, por isso, diversos alfabetizadores saem da formação sem saber como fazer um plano de aula, cuja dificuldade deveria ser esclarecida na formação continuada, quando não aprendida na formação inicial.

A formação inicial e continuada deveria voltar-se, prioritariamente, para as experiências vivenciadas, assim como para a resolução das dúvidas e questionamentos dos alfabetizandos. Além, disso a prática pedagógica deveria favorecer o compartilhamento de saberes do alfabetizador e não deveriam esbarrar no limite meramente técnico, preso a livros didáticos com apenas um único objetivo de ensinar a ler, escrever e contar, mas deveria ir muito mais além.

Infelizmente ainda se tem uma visão destorcida quando se trata de trabalhar com esta modalidade, pois no trabalho de alfabetização o ensino desta modalidade vem ocorrendo de forma infantilizada, com a aplicação de atividades que estariam destinadas às crianças, ou seja, são atividades que não coincidem com a realidade nem tão pouco com o perfil do aluno.

O programa tem como objetivo alfabetizar em 8 meses (antes era 6 meses), contudo se o aluno foi alfabetizado no primeiro ciclo deveria dar continuidade aos estudos nas etapas subsequentes da escolarização, não precisando repetir o mesmo ciclo. A evasão pode ser uma resposta à falta de perspectivas de continuidade do seu processo de aprendizagem.

Além disso, é preciso que a sociedade civil exerça o controle social do programa, participando, investigando e denunciando os eventuais limites e fraudes que este possa ter. As ingerências políticas precisam ser corrigidas e combatidas.

REFERÊNCIAS:

BARCELOS, Valdo. *Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos*. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2007.

BARRETO, Vera & BARRETO, In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Ação Educativa 2001.

BRASIL. *RESOLUÇÃO Nº 44 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012*. Brasília, DF, 2013.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96*. Brasília, DF, 1996.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A educação na cidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Windy Brazão; MARTINS, Regina Coeli Braga. *De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica*. São Paulo: Summus, 2007.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. *Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e o MOBREAL*. São Paulo: Cortez, 1987.

MACHADO, Maria Margarida. A trajetória da EJA na década de 1990: - políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. Goiás: mimeo, 1991.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores da EJA: uma perspectiva de mudanças. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MOURA, Tânia Maria de Melo (Org.). *A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.
PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. In: MASAGÃO, Vera (Org.). *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Ação Educativa 2001.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Ação Educativa 2001.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

GENTIL, Viviane Kanitz. *EJA: Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente*. Disponível em: http://www.drearaguaina.com.br/educ_diversidade/fc_eja/Municipios/texto_para_leitura_desafios_da_eja.pdf. Acesso em: 25.02.2014

Terra Educação. *Educação para jovens e Adultos-EJA*. Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/curiosidades/educacao-para-jovens-e-adultos-eja.html>. Acesso em: 13.05.2014

Canal do Educador. *A Educação de Jovens e Adultos no cenário das políticas públicas*. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/politica-educacional/a-educacao-de-jovens-e-adultos.htm>. Acesso em: 02.05.2014

STRELHOW, Thyeles Borcarte. *Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em: 12.06.2014

PIGNATA, Emília. *Analfabetismo no Brasil: Dados do Censo 2010*. Disponível em: <http://emiliapignata.blogspot.com.br/2011/05/analfabetismo-no-brasil-dados-do-censo.html>. Acesso em: 20.06.2014

Artigonal. *Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil*. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328.html>. Acesso em: 23.06.14

Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado-Novo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=917. Acesso em: 06.04.14

HADDAD, Sérgio ; Di PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de Jovens e Adultos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: 15.06.2014